

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2022
UNIDADE GESTORA FEPATI - 710906

1.Contexto Operacional

A UG 710906 – Fundo Estadual de Terras Indígenas - FEPATI é pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o número 28.788.144/0001-73, tendo a sua sede administrativa situada em Campo Grande, na Avenida Desembargador José Nunes da Cunha, 1031, Bloco 12 – Parque dos Poderes – Campo Grande/MS. Foi criado pela Lei Estadual nº 4.164, de 07/02/12, que institui a Política Estadual de Terras Indígenas, objetivando a captação de recursos financeiros para a aquisição de terras indígenas, indenização das terras atingidas por demarcação, em áreas reconhecidas de ocupação tradicional por comunidades indígenas, aos possuidores com justo título e de boa fé e aquisição de áreas destinadas ao assentamento de proprietários rurais, como forma de compensação. As atividades operacionais da UG 710906 são amparadas pela Lei Estadual nº 5.784, de 16 de dezembro de 2021, publicada em Diário Oficial n. 10.710-Suplemento II de 17 de dezembro de 2021 (Lei Orçamentária Anual – LOA) e pelas leis que autorizaram os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2022.

2.Base de Preparação

As demonstrações financeiras deste Relatório Técnico foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema de Planejamento e Finanças (SPF). As demonstrações foram apresentadas no bloco simplificado, conforme Resolução TCE/MS n. 88, de 03/10/2018, Art. 14, §1º e, são compostas por:

Balanco Orçamentário (BO),
Balanco Financeiro (BF),
Balanco Patrimonial (BP).

Todas essas demonstrações referem-se ao exercício financeiro de 2022, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

As demonstrações financeiras constantes neste Relatório Técnico foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª edição, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP 16).

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

2.1. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Governo do Estado.

3. Balanco Orçamentário-Anexo 12

Evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, e demonstrando o resultado orçamentário, porém não ocorreu execução orçamentária e financeira no exercício.

É estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.1. DOTAÇÃO ATUALIZADA

DOTAÇÃO ATUALIZADA		VALOR
Dotação Inicial		585.000,00
Dotação Atualizada		585.000,00

MAISA SONIA FRANCISCO

Analista Contábil

CRC MS-006537/O-8